Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 13, 14 e 15 de julho de 2024
Ano CVII ● Número 29.651
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

DESAFIO GLOBAL PARA FUTURO SUSTENTÁVEL

Assembleia da ONU aprovou resolução da China sobre IA. Por Edoardo Pacelli, **página 2**

VERDADES E MITOS SOBRE O BPC

População ainda possui muitas dúvidas com relação ao assunto. Por Alexandre Triches, **página 2**

ECONOMIA CIRCULAR E ESGOTO

Transformar a gestão de resíduos e promover a sustentabilidade ambiental. Por Ana Rita Albuquerque, **página 4**

Pacheco: bancos querem comprar dívida estadual a preço de banana

Auditoria Cidadã: estados já pagaram 'várias vezes'

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse nesta sexta-feira (12) que setores do mercado financeiro trabalham contra o projeto sobre a reestruturação das dívidas dos estados com a União. Pacheco foi questionado durante o 19º Congresso Internacional de Jornalismo Investigativo da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em São Paulo (SP).

Segundo Pacheco, o setor se opõe à federalização de ativos e de empresas dos entes endividados, uma das saídas apontadas no projeto de sua autoria, em análise no Congresso.

"Querem nada mais nada menos do que adquirir a preço de banana os ativos dos estados. Espero do Ministério da Fazenda e do Governo Federal que tenham a decência de desmentir as mentiras que estão sendo ditas sobre o projeto", disse o senador, em resposta a jornalistas, de acordo com a Agência Senado.

Em entrevista ao UOL, o ministro da fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta sexta-feira que o projeto apresentado pelo presidente do Senado para renegociar a dívida estimada em R$ 700 bilhões dos estados precisa ser revisado.

Para a coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, porém, o projeto de Pacheco precisa, sim, ser revisado, mas não na direção que Haddad quer, de continuar cobrando os juros. Segundo ela, o correto seria "fazer uma auditoria e dar baixa nessas chamadas dívidas dos estados com a União, pois elas já foram pagas várias vezes".

Pacheco apresentou o projeto (PLP 121/2024) na terça-feira (9). São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás lideram a lista dos maiores devedores. Somada, a dívida de todos os estados e do Distrito Federal é estimada em R$ 764,9 bilhões. O presidente do Senado reforçou que as dívidas hoje são impagáveis.

Foto de Peng Ziyang, Xinhua

Torcedores na Euro 2024

O efeito da Euro 2024 na economia da Alemanha

À medida que o Campeonato Europeu de Futebol, o Euro 2024, se aproxima do seu clímax, o país anfitrião, a Alemanha, aproveita o evento para reforçar a sua economia através do turismo, patrocínio comercial, radiodifusão e vendas de mercadorias.

Apesar dos atuais desafios econômicos, o evento poderá proporcionar um impulso tão necessário à economia alemã e inverter a sua tendência de quase estagnação?

O torneio começou em 14 de junho e termina neste domingo, após 51 partidas. "O torneio mostra o impacto da economia do futebol no aumento do consumo", disse Hou Lu, diretor-geral da Hisense Alemanha, filial da companhia chinesa de eletrodomésticos e um dos patrocinadores oficiais da Euro 2024. "No final de junho, as vendas da Hisense no mercado alemão alcançaram um aumento de receita anual de 53%", acrescentou.

O Instituto ifo de Investigação Econômica previu que o Euro 2024 geraria bilhões de euros em receitas para a Alemanha, impulsionando a produção econômica alemã em cerca de 0,1% no segundo trimestre. A previsão é que o evento atrairia 600 mil turistas estrangeiros, com demanda para 1,5 milhão de pernoites.

Guido Zoellick, presidente da Associação Alemã de Hotéis e Restaurantes, afirma que organizar um evento desportivo internacional tão importante tem um impacto positivo na imagem do país e aumenta o moral público. Esta elevação psicológica pode estimular ainda mais a confiança e os gastos dos consumidores.

No entanto, embora a Euro 2024 tenha gerado um aumento no consumo a curto prazo, o seu impacto a longo prazo na recuperação econômica permanece incerto.

Em 2023, o PIB da Alemanha encolheu 0,3%, tornando-a uma das economias mais importantes com pior desempenho a nível mundial. Além disso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o crescimento econômico da Alemanha poderá ser novamente o mais baixo entre os principais países industrializados em 2024, com uma taxa positiva esperada de 0,2%.

Os economistas alemães argumentam que a recuperação do país enfrenta inúmeras incertezas, e que a economia do futebol, por si só, não pode reverter fundamentalmente a crise econômica.

Poder de compra é corroído pela reduflação

Os consumidores reclamam cada vez mais que os tamanhos e quantidades de pacotes de biscoitos, caixas de cereal matinal, iogurtes, requeijão, geleia de mocotó, caixas de bombom, papel higiênico, sabão em pedra, entre outros, estão menores e os preços continuam os mesmos. Esse fenômeno, que se chama reduflação, está complicando o poder de compra do brasileiro.

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) sobre os efeitos da reduflação no Brasil, esse poder de compra do brasileiro médio diminuiu 3,78% em 2023.

"O impacto da reduflação é sentido diretamente no bolso do consumidor, que paga o mesmo valor por menos produto. Essa prática tem sido cada vez mais comum e prejudica o poder de compra da população", afirma Gilberto Luiz do Amaral, presidente do IBPT.

A reduflação se tornou uma estratégia de mercado onde as empresas reduzem a quantidade de produto nas embalagens sem alterar o preço, resultando em uma percepção enganosa de estabilidade de preços.

O estudo destacou que um dos exemplos mais relevantes foi observado no mercado de milho para pipoca, onde a quantidade padrão de 500g foi reduzida para 400g em muitas marcas, sem alteração proporcional no preço. Esta mudança representa reduflação de 20%.

Outro exemplo é o do papel higiênico. Nas prateleiras de supermercados, o rolo de 20 metros passou a custar o preço que era cobrado pelo rolo de 30 metros há alguns meses. E o rolo de 30 metros ficou mais caro.

A apuração também abordou os efeitos psicológicos e comportamentais da reduflação, destacando como essa prática pode iludir o consumidor, que muitas vezes não percebe imediatamente a redução na quantidade de produto. "A reduflação não apenas afeta o bolso, mas, também, a confiança do cliente nas marcas e no mercado", observou Amaral.

O IBPT oferece algumas dicas aos consumidores sobre como se proteger da reduflação, recomendando aos consumidores que fiquem atentos às informações sobre quantidade e preço por unidade de medida nas embalagens.

Inflação acelera na Argentina; dólar dispara

O dólar paralelo continua em forte alta na Argentina, desafiando o dólar oficial de Javier Milei. Nesta sexta-feira, depois de aumentar 35 pesos, atingiu novo recorde, em 1.500 pesos por dólar para venda, alta de 2,42% em relação à quinta-feira. Chamado de "blue", a cotação avançou pelo quarto dia consecutivo na semana e até agora em julho acumula um aumento de 9,9%.

Nesta sexta-feira, o Indec (equivalente ao IBGE) divulgou que a inflação na Argentina em junho foi de 4,6%, acumulando alta de 79,8% no primeiro semestre e 271,5% em 12 meses. Em maio, a inflação oficial foi de 3,7%. As consultorias privadas começaram a registrar mudança nos preços após o salto do dólar. "Os novos dados de inflação são feios. A ascensão do 'blue' já chegou à gôndola", escreveu o economista Luciano Cohan, citado pelo jornal *La Nacion*.

Com o avanço da moeda no mercado informal, aprofunda-se a diferença em relação às cotações oficiais controladas pelo Banco Central da República Argentina (BCRA). A diferença cambial passou de 60% ao final desta sexta-feira em relação ao dólar oficial "atacado", utilizado principalmente para operações de comércio exterior, que fechou a 940 pesos para venda.

O real estava cotado a 169,43 pesos para venda nesta sexta-feira. Nas ruas, porém, a moeda brasileira era negociada a 270 pesos para compra.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,4311
Dólar Turismo	R$ 5,6560
Euro	R$ 5,9248
Iuan	R$ 0,7488
Ouro (gr)	R$ 422,36

ÍNDICES

IGP-M	0,81% (junho)
	0,89% (maio)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

O desafio global para um futuro sustentável

Por Edoardo Pacelli

Nos últimos anos, a inteligência artificial estabeleceu-se como componente central do desenvolvimento econômico e social. Sua importância no futuro está destinada a crescer, e a atenção para este setor ultrapassou as fronteiras entre os países, atingindo instituições globais. Na terça-feira, 1º de julho, a Assembleia Geral da ONU adotou, por unanimidade, uma resolução proposta pela China e por outros 140 estados, incluindo os EUA, sobre o reforço da cooperação internacional no desenvolvimento de capacidades de IA.

O documento destaca o fato de que o desenvolvimento da inteligência artificial deve aderir a "princípios centrados no ser humano" e trazer benefícios para a comunidade global. Para sua efetivação, a resolução incentiva a cooperação internacional que reduza o fosso entre os países mais ricos e os países em desenvolvimento, para que estes últimos também possam acessar e se beneficiar, mais facilmente, da tecnologia de IA.

O Representante Permanente da China nas Nações Unidas, Fu Cong, afirmou: "Muitos estados membros da ONU planejam reforçar a cooperação internacional na construção de capacidades de IA, desenvolver e utilizar, de forma equitativa, a tecnologia da IA e compartilhar conhecimentos e resultados da IA. O objetivo é ajudar todos os países, especialmente os em desenvolvimento, a se beneficiarem, igualmente, daquela da IA: fechar o fosso digital, melhorar a governança global da IA e acelerar a implementação da 'Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável'."

> Assembleia da ONU aprovou resolução da China sobre IA

O embaixador acrescentou que Pequim pretende se empenhar diretamente em ajudar os países em desenvolvimento a fechar o fosso tecnológico que os separa dos países mais avançados.

A China discursou na 56ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, visando defender a importância da cooperação internacional em inteligência artificial tendo em vista promover os direitos das mulheres. Numa declaração conjunta, em nome de 80 países, o representante de Pequim na sede da ONU, em Genebra, Chen Xu, disse que o desenvolvimento da IA representa uma oportunidade para promover a igualdade de gênero e garantir que as mulheres se tornem uma componente chave na criação de novas forças produtivas e sejam as verdadeiras beneficiárias.

Para tal, o embaixador de Pequim na Suíça destacou a importância da ética, do princípio da não discriminação e da manutenção de uma abordagem centrada nas pessoas nas futuras evoluções desta tecnologia.

Edoardo Pacelli é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista **Italiamiga** *e vice-presidente do Ideus.*

A queda de todas as bastilhas

Por Paiva Netto

Dia 14 de julho. Completam-se 235 anos da Queda da Bastilha, episódio que deflagrou a Revolução Francesa (infelizmente manchada pelo sangue dos guilhotinados), cujas origens remontam aos enciclopedistas, vanguardeiros do iluminismo. Relativo ao tema, selecionei apontamentos meus, ao longo do tempo, de palestras, programas de rádio, TV e de artigos publicados no Brasil e no exterior.

Não tenho pretensão de discutir aspectos históricos – existem bons livros para isso – contudo extrair uma importante analogia sobre quanto ainda é forçoso trilhar a fim de que as populações da Terra deixem ruir de suas mentes e corações a pior de todas as bastilhas: a ignorância acerca da realidade gritante da vida após o fenômeno da morte. Fator decisivo para que a valorização do ser integral (corpo e Espírito) dite as regras dos governos das nações no terceiro milênio: quando garoto, devia ter 9 para 10 anos, assisti com meu pai, Bruno Simões de Paiva (1911–2000), no Rio de Janeiro, a um filme sobre o 14 de julho.

Nos séculos 17 e 18, o absolutismo monárquico atingira intensa projeção. Como geralmente acontece nas relações cotidianas, se afastadas do respeito ao Espírito Eterno do ser humano, houve por parte da monarquia francesa um descaso tremendo com as necessidades básicas do seu povo, cuja expressão mais grotesca seria a frase atribuída à rainha Maria Antonieta (1755–1793). Ao ser informada por um dos cortesões de que o barulho que a importunava vinha das massas famintas clamando por pão, teria ela debochado: "Por que não comem brioche?"

Tal contingência desumana tinha de desmoronar por força do curso inexorável da História. A população de Paris, em 14 de julho de 1789, desesperada, marchou contra a prisão, símbolo da tirania de que desejava livrar-se.

No filme de que lhes falei há uma cena impressionante. Ela representa as pessoas que não temem abrir caminhos: o povo estava de um lado e aqueles que protegiam a Bastilha, do outro. Entretanto, os que ameaçavam invadi-la, com temor, não avançavam. De repente, um homem destacou-se do meio daquela multidão e atravessou a ponte que cobria o fosso, sendo abatido por uma descarga de tiros. Esse ato de coragem fez com que os demais o imitassem e, assim, conseguissem entrar na fortaleza.

Parece perspectiva romântica de um momento trágico, porém retrata de modo irretocável uma verdade: há sempre alguém que se sacrifica pela mudança substancial do status quo. Não é preciso levar bala para que as transformações ocorram. Há outros choques que ferem mais os vanguardeiros, a exemplo da incompreensão, da inveja, do preconceito, da perseguição e do boicote.

Na sequência do longa-metragem, observamos a tomada da prisão, destruída de cima a baixo. Existem aqueles que, tentando minimizar o fato histórico, apresentam uma argumentação frugal de que o famoso cárcere não mais tinha relevância naquele período, pois apenas uns poucos presos lá se encontravam.

Ora, o que o povo demoliu não só foi a construção de pedra; no entanto, o mais expressivo emblema, para ele, do absolutismo dinástico!

E a palavra dinastia pode, por extensão, significar muita coisa, uma vez que funciona tanto no feudalismo quanto na burguesia, no capitalismo e no próprio comunismo. Essa malversação de dinastia não implica somente a sucessão por sangue. Existe uma pior: a da ambição desmedida que arrasa o ser vivente, sob qualquer regime.

Hoje se faz necessário pôr abaixo as bastilhas invisíveis, todavia de consequências bem palpáveis: espirituais, morais, psicológicas, do sentimento. Façamos florescer uma civilização nova a partir da postura espiritual e mental elevada de cada criatura. Já dizia um filósofo: "A fronteira mais difícil a ser ultrapassada é a do cérebro humano".

José de Paiva Netto é jornalista, radialista e escritor.

Benefício de Prestação Continuada – BPC da Loas

Por Alexandre Triches

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, ganhou expressiva notoriedade nos últimos anos, notadamente se comparado com décadas anteriores, quando poucas pessoas conheciam esta prestação da Seguridade Social. Trata-se de um benefício mensal, pago pela Assistência Social, porém com folha administrada pelo INSS, para pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos de idade, desde que a família do interessado conte com renda per capita de até um quarto do salário-mínimo.

Atualmente, mesmo com a popularização do BPC, a população ainda possui muitas dúvidas com relação ao assunto, e muitas inverdades são ditas sobre o tema, nos mais diversos meios sociais. Não é verdade que o BPC é devido apenas para os brasileiros e estrangeiros de origem portuguesa. Pelo contrário, têm direito ao BPC todas as pessoas que residam no país, mesmo que estrangeiras. Assim, por exemplo, migrantes, refugiados e pessoas de qualquer nacionalidade podem postular o benefício.

Outra informação relevante e que gera dúvidas de uma forma geral é que o critério da renda per capita, exigido de quem requer a prestação assistencial, não é baseado unicamente no Cadúnico. É também levado em consideração o conceito de família previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, que é diferente do cadastro único.

> População ainda possui muitas dúvidas com relação ao assunto

Por exemplo: o critério da Loas exclui do grupo familiar filhos e irmãos casados e separados, o que a normatização do cadastro único não faz. Por isso, todo cuidado é pouco no momento de avaliar quem são os integrantes do grupo familiar para e na formatação da respectiva renda per capita.

É mentira que o BPC é uma prestação devida apenas para pessoas em condição de miséria, como muito se propaga por aí. O Benefício de Prestação Continuada é devido para pessoas em condição de vulnerabilidade social, o que é muito diferente de miserabilidade. Assim, as condições da residência do postulante do benefício, os bens que guarnecem a casa, bem como o histórico de vida e até mesmo a região da cidade em que reside o interessado não são fatores que devem ser considerados de forma absoluta, quando da análise do direito ao BPC.

A renda per capita para fazer jus ao BPC é de ¼ do salário-mínimo. Todavia, existe um regime de subtração das despesas médicas, como é o caso de medicamentos, consultas e tratamentos médicos, fraldas e alimentação especial. Para isso deve ser considerado o limite de gastos para cada uma das categorias referidas, ou mesmo a possibilidade de dedução destas despesas para além dos limites indicados acima, desde que o segurado comprove uma média de gastos anual superior aos valores indicados na tabela. Para ambos os casos é de fundamental importância a reunião de todos os recibos e notas dos gastos realizados com médicos e tratamentos.

Ainda, importante referir que os benefícios no valor de 1 salário-mínimo de natureza assistencial ou previdenciária, a renda proveniente de estágio supervisionado, a renda proveniente de programas de transferência de renda e auxílios assistenciais temporários e a renda proveniente de contrato de aprendizagem devem ser deduzidos da renda familiar daquele que solicita o BPC– Loas. E atenção: o BPC pode ser devido a mais de um membro da mesma família enquanto atendidos os requisitos da lei.

Quanto a perícia, é dever do INSS fornecer o laudo pericial elaborado pelo perito médico e pelo serviço social ao interessado, orientando o cidadão quanto aos critérios que foram levados em consideração na avaliação de seu caso. Aliás, não confunda: os requisitos do BPC não são os mesmos daqueles exigidos para o caso de benefícios por incapacidade.

Por fim, é muito importante a compreensão de que o direito ao Benefício de Prestação Continuada da Loas não é um favor, é um direito, garantido na Constituição Federal. E assim deve ser considerado por todos.

Alexandre Triches é advogado, associado do Iargs e professor.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Vício de opioides nos EUA chega às crianças

À medida que a crise do fentanil assola as comunidades dos EUA, as crianças e os bebês se tornaram vítimas inocentes do opioide que é 50 vezes mais potente que a heroína, de acordo com especialistas em saúde pública. O número de overdoses de drogas em todo o país caiu pela primeira vez em anos, mas a incidência de overdoses em crianças aumentou.

Os Centros de Envenenamento da América, que representam 55 centros de controle de intoxicações credenciados nos Estados Unidos, relatam um aumento dramático na exposição ao opioide em crianças pequenas em todo o país. Em 2016, os centros receberam 10 notificações de exposição ao fentanil em crianças menores de 6 anos. Esse número pulou para 539 em 2023.

Na Califórnia, estado que tem o maior número de mortes pelo uso de opioides, com 6.473 (todas as idades) em 2022, dados preliminares do Departamento de Saúde Pública mostram que 11 mortes relacionadas com o fentanil ocorreram em crianças com menos de 5 anos de idade durante os primeiros três trimestres de 2023, as estatísticas mais recentes disponíveis. Houve 10 mortes em todo o ano de 2022 e seis mortes relacionadas ao opioide em 2021.

"O número de overdoses de drogas em todo o país caiu pela primeira vez em anos, mas a incidência de overdoses em crianças aumentou, dizem os médicos, à medida que são expostas a opioides e apetrechos para drogas em casa ou por ingestão acidental", relatou o *Los Angeles Times* na quarta-feira (10).

Os Estados Unidos têm cerca de 5% da população mundial e consomem 80% da produção global de opioides. No ano passado, o Congresso norte-americano estimou que o vício custou US$ 1,5 trilhão em 2020, ou 7% do PIB do país.

Organização da guerra

O primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, disse, em suas redes sociais, postando de Washington, que a Otan foi criada para conquistar a paz, não as guerras.

É a 2ª vez esta semana que a coluna cita Orbán; e de forma positiva!

Efeito contrário

A decisão do Colégio Pedro II, de ensino público federal no Rio de Janeiro, de sair de férias 15 dias após retornar de uma greve que tomou quase todo o primeiro semestre, só reforça os argumentos de quem defende a privatização da educação.

Rápidas

O Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (Muhcab) e a Secretaria de Cultura da Prefeitura do Rio apresentam a exposição *Os Super-heróis Negros Brasileiros*, que estará até 28 de julho, no Muhcab (Rua Pedro Ernesto, 80 - Gamboa – RJ) *** "A Reconstrução do Rio Grande do Sul e o Pacto Federativo" é o tema do debate que será promovido pelo IAB em Porto Alegre nesta terça, às 11h. Transmissão pelo canal TVIAB no Youtube *** Em julho, o projeto "Faz&Conta" do Américas Shopping terá espetáculos aos domingos, 17h, com a Cia Teatro de Bolso *** O Castramóvel RJPET estará no estacionamento do Bangu Shopping, na Zona Oeste, até 2 de agosto. Os agendamentos para castração gratuita devem ser realizados pelo site rjpet.com.br *** A rede Cia do Médico acaba de inaugurar, em Campo Grande (RJ), a sua 4ª unidade, que será modelo para as franquias – pretende abrir 4 até o final de 2024. O negócio, voltado para médicos empreendedores, foi fundado pelo médico Antônio Carlos Guimarães Junior e pelo empresário Luiz Henrique Bastos.

FMI eleva para 2,5% projeção para PIB do Brasil

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou, de 2% para 2,5% ao ano, a previsão de crescimento de médio prazo para a economia brasileira. A estimativa consta do relatório anual do organismo sobre o Brasil, divulgada ontem.

Em maio, o FMI tinha emitido comunicado preliminar informando que elevaria a projeção de médio prazo para o crescimento do Produto Interno Bruto do país. Na ocasião, técnicos do Fundo visitaram o Brasil entre 15 e 27 de maio para fazer uma avaliação da economia brasileira.

Segundo o relatório, a atividade econômica brasileira tem crescido de forma constante e superado as expectativas. O documento destaca várias medidas como positivas para a economia brasileira no médio prazo. As principais são a reforma tributária sobre o consumo e o plano de transformação ecológica.

O FMI também destaca que a agenda de crescimento sustentável e inclusiva e a tramitação de reformas que favoreçam o ambiente de negócios impulsionam o crescimento econômico. O documento também cita a redução do desmatamento, o avanço na criação da Taxonomia Sustentável Brasileira (padronização de práticas de economia sustentável), a nova estrutura para o mercado de carbono e a emissão do primeiro título verde no mercado internacional.

Jornalistas repudiam monitoramento ilegal da Abin

O monitoramento ilegal de jornalistas por agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante o governo de Jair Bolsonaro é considerado um ato de violência e uma tentativa de violar o trabalho dessa categoria. A avaliação é de entidades representativas de profissionais da imprensa.

Investigação da Polícia Federal (PF) revela que agentes lotados na Abin utilizaram ferramentas de espionagem adquiridas pelo órgão para monitorar os movimentos de autoridades do Judiciário, do Legislativo e da Receita Federal, além de personalidades públicas, como jornalistas. Os atos irregulares teriam ocorrido durante o governo de Jair Bolsonaro.

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) considera que as atividades da chamada Abin Paralela foram ilegais e criminosas e um ostensivo ataque à liberdade de imprensa.

"A utilização de maneira ilegal e abusiva de serviços de espionagem foi uma tentativa explícita do governo Bolsonaro de violar o livre exercício do Jornalismo e o sigilo da fonte. Já havíamos denunciado essa situação em janeiro deste ano, quando da realização da Operação Vigilância Aproximada. Tanto que solicitamos na justiça o acesso à lista de espionados à época, mas não obtivemos informações porque o processo estava sob sigilo", diz a entidade, em nota.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) também repudia os atos cometidos pela chamada Abin Paralela, sob o comando do delegado da PF Alexandre Ramagem, atual deputado federal pelo PL do Rio de Janeiro.

"A Comissão de Defesa da Liberdade de Imprensa e Direitos Humanos da ABI (CDLIDH) repudia o uso de software de propriedade federal para espionar e monitorar a atividade profissional de jornalistas e agências de checagem. A CDLIDH repudia esse comportamento inaceitável, que representa total afronta à privacidade dos profissionais e organizações e um atentado ao Estado Democrático de Direito", diz a entidade, em nota enviada à Agência Brasil.

Em fevereiro deste ano, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP), juntamente com a ABI e a Fenaj, protocolou um pedido ao Supremo Tribunal Federal para a divulgação dos nomes dos jornalistas que foram espionados ilegalmente pela Abin Paralela. Segundo o SJSP, o embasamento jurídico do pedido das entidades foi relacionado à questão do direito constitucional ao sigilo à fonte no exercício jornalístico, bem como o direito à privacidade de todo cidadão brasileiro.

"Ao tomar conhecimento da investigação que escancarou a história de uma 'Abin Paralela' a serviço do governo Bolsonaro para espionar ilegalmente opositores, políticos e jornalistas, se entendeu que é fundamental que essa história seja esclarecida", disse no pedido o presidente do Sindicato, Thiago Tanji.

Segundo a PF, os jornalistas monitorados foram Mônica Bergamo, Vera Magalhães, Luiza Alves Bandeira e Pedro Cesar Batista. Em entrevista ao canal Band News, Mônica Bergamo disse que foi uma surpresa descobrir seu nome entre os monitorados.

Senado não vai acelerar tramitação da PEC da Anistia

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, disse nesta sexta-feira, na capital paulista, que não irá acelerar na Casa o processo de tramitação da Proposta de Emenda Constitucional 9 de 2023, conhecida como PEC da Anistia, aprovada nesta quinta-feira (11) na Câmara dos Deputados.

"Não há de minha parte nenhum tipo de compromisso de ir imediatamente ao plenário do Senado, com qualquer tipo de açodamento [pressa], em relação a essa matéria. Inclusive, cuidarei de poder adotar em relação a essa proposta de emenda da Constituição o que o regimento determina, que é o encaminhamento à comissão própria, a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, para a sua avaliação", disse em sabatina na Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quinta-feira, em dois turnos de votação, a PEC que permite o refinanciamento de dívidas tributárias de partidos políticos e de suas fundações, dos últimos cinco anos, com isenção total de multas e juros acumulados sobre os débitos originais.

Segundo a Agência Brasil, o texto aprovado também anistia os partidos políticos que não cumpriram cotas de gênero ou raça nas eleições de 2022 e anteriores ou que tenham irregularidades nas prestações de contas. Segundo a PEC, fica proibida a aplicação de multas ou a suspensão do Fundo Partidário e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha aos partidos que não tiveram o número mínimo de candidatas mulheres ou negros no pleito de 2022 e dos anos anteriores. As legendas também ficam isentas de punições por prestações de contas com irregularidades antes da promulgação da PEC.

"Só destacando que eu sou defensor das cotas. Eu acho importante essa inclusão e forma de distribuição de fundo partidário, distribuição de tempo de televisão. Sempre fui defensor disso e não deixarei de ser defensor disso. O que se argumenta é que algumas modificações foram implantadas pelo Tribunal Superior Eleitoral a título de resolução, no curso já do período pré-eleitoral, e que isso gerou realmente algumas distorções ao longo do tempo. Então, há também argumentos em relação a essa PEC", acrescentou Pacheco.

ICONIC LUBRIFICANTES S.A.

CNPJ nº 05.524.572/0001-93 - NIRE 333.0032399-6

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Data, Hora e Local: 05 de junho de 2024, às 10h, na sede social, admitida também a participação via Microsoft Teams. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Leonardo Remião Linden - Presidente. Alexandre Augusto Bassaneze - Secretário. **Deliberações:** 1. Aprovam a destituição do Diretor Sr. Márcio Aziz Cardoso a partir desta data. 2. Ratificam a atual Diretoria, com mandato até 01/12/2025, qual seja: **Diretor Presidente e Financeiro:** Alexandre Augusto Bassaneze; **Diretores:** Paulo Geovani Veronesi Gomes, André Albuquerque Faustino, Roberta Miranda Teixeira, e Marcos Aurélio Miranda de Moura, todos devidamente qualificados nesta Ata. Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. aa) **Leonardo Remião Linden**, Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa; **Tracey Gardiner,** Vice-Presidente do Conselho de Administração; **Antonio Ennes Pires de Lima; Cristine Silva Leite** e **Carlos Frederico Resende,** Conselheiros. **Alexandre Augusto Bassaneze:** Diretor e Secretário da Mesa. A íntegra da ata está publicada no endereço eletrônico deste jornal nesta data. Junta Comercial do Rio de Janeiro. Empresa: Iconic Lubrificantes S.A. NIRE: 33.0032399-6. Protocolo: 2024/00524738-5. Data do protocolo: 20/06/2024. Certifico o arquivamento em 11/07/2024 sob nº 00006336811 e demais constantes do termo de autenticação.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE CARGAS DE PETROPOLIS E VALE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ATA DE ENCERRAMENTO

REGISTRO DE CHAPAS

Às dezesseis horas e cinco minutos do dia 28 de junho de 2024, na Sede Social desta Entidade de Classe situada a Rua Dr. Agostinho Goulão, 32 loja 04 – Correas – Petrópolis - RJ, foi encerrado o prazo para o Registro de Chapas concorrentes ao pleito que será realizado no dia 16 de julho de 2024, conforme resumo do Edital publicado no Jornal Monitor Mercantil do dia 21 de junho de 2024, pag.05. No prazo estabelecido no mencionado Edital, apresentou-se para concorrer ao pleito, uma única Chapa assim constituída: CHAPA ÚNICA – **Efetivos**: José Heleno de Souza, Alan da Silva, Eliete de Souza, Devalmir Alves de Farias,Thais dos Santos Lima, Marco Aurélio Araujo de Carvalho, Vando Silva dos Santos. **Suplentes** : Antonio Jose Figueiredo, Josimar de Souza Dias, Geisel Barroso de Seixas. **Conselho Fiscal – Efetivo**: Paulo Sergio Rosa Dias, Renato Sampaio, Anízio José da Costa. **Suplentes**: Nelson Geraldo de Carvalho. **Delegados Representantes – Efetivos**: José Heleno de Souza **Suplente** : Alan da Silva. Conforme o Estatuto desta Entidade Sindical, , fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias corridos para impugnação das candidaturas, após a publicação deste termo, cumprindo, assim, as determinações legais pertinentes. Nada mais havendo a declarar. Publique-se. Petrópolis, 03 de julho de 2024.

José Heleno de Souza - Presidente

MEIO AMBIENTE

Ana Rita Albuquerque

Economia circular no tratamento de esgoto

O artigo 31 da Lei 12.305 de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, introduziu conceitos de economia circular como a reutilização de produtos retornáveis, reciclagem ou outra forma de destinação ambientalmente adequada. A coleta seletiva tem evoluído em alguns municípios, mas ainda temos muitos lixões no Brasil e falta uma gestão regionalizada e mais adequada dos resíduos sólidos, com investimentos significativos no setor.

Com as mudanças climáticas já vivenciadas, por secas e chuvas mais intensas, bem como diante de um prazo que está se esgotando, até 2033, para que sejam feitas as mudanças impostas pelo marco do saneamento, especialistas têm desenvolvido estudos significativos na área do saneamento, visando a sustentabilidade econômica e ambiental dos resíduos.

No caso do esgotamento sanitário, vê-se a importância de alternativas sustentáveis para o setor, uma vez que, a cada dia, aumenta a poluição dos rios e lagos, prejudicando o abastecimento de água, a navegação e a vida, ao passo que as cidades vêm recebendo um número cada vez maior de pessoas, sem possuírem esgotamento sanitário ou recursos financeiros suficientes para as obras urgentes que devem ser feitas.

É evidente que cenários futuros mais promissores dependem de uma gestão compartilhada entre os municípios, bem como da participação das empresas privadas para investimentos em saneamento básico. Investimentos esses que, se devidamente introduzidos na economia circular, tendem a reduzir os impactos financeiros, trazendo lucro aos investidores, além de melhorar a qualidade de vida da população brasileira.

No tratamento do esgotamento sanitário, estão sendo desenvolvidas alternativas que demandam um menor consumo de energia e produtos químicos, bem como a ampliação de estações de tratamento com reaproveitamento de recursos e incorporação da economia circular. Novas tecnologias sustentáveis podem demandar investimentos expressivos na capacitação de profissionais e conscientização da sociedade. Por outro lado, significa que o esgoto pode passar de vilão a uma possível solução, gerando maiores benefícios para a sociedade e com custos mais baixos no tratamento.

Muitos recursos e nutrientes químicos no tratamento sustentável do esgotamento sanitário podem ser devidamente reaproveitados, como, por exemplo, água de reuso, nitrogênio e fósforo. Isso significa que lavouras poderão receber adubos provenientes dos nutrientes, além de fornecer geração de energia e reaproveitamento do biogás.

"O avanço das pesquisas permitirá a remoção do fósforo com o menor custo de energia possível", diz Rodrigo Bueno, da Universidade Federal do ABC, integrante do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT ETEs Sustentáveis), em palestra na Brazil Water Week 2024, realizada pela Abes nos dias 3 a 7 de junho.

As soluções acima vêm sendo implementadas em grandes cidades, como São Paulo, com a Sabesp, e, em outras cidades, políticas públicas vêm transformando a vida das pessoas, com rios e águas mais limpas, mitigando os impactos ambientais e reduzindo doenças. A transformação de uma economia linear para uma economia circular é uma nova possibilidade além daquela projetada nos moldes convencionais do tratamento de esgoto, dentro do objetivo da universalização do saneamento básico até 2033, com eficiência e reaproveitamento dos recursos, e com a possibilidade de atrair investidores do setor, sobretudo para as cidades menores onde soluções regionalizadas precisam ser adotadas com a devida urgência.

Sinaval apresenta ao governo propostas para estimular indústria local

Objetivo é garantir política de conteúdo local

Um conjunto de propostas com o objetivo de aumentar a participação da indústria local de bens e serviços, no setor de petróleo e gás natural foi apresentada nesta quinta-feira aos secretários dos Ministérios de Minas e Energia (MME), do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) e da Casa Civil.

As propostas foram levadas ao governo Lula pelo Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval), juntamente com a Associação Brasileira de Engenharia Industrial (Abemi) e a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O encontro, no MME, contou também com a participação de várias entidades empresariais, bem como de órgãos do governo, tais como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O Sinaval, a Abemi e a Abimaq reafirmaram a necessidade de uma política de conteúdo local previsível e juridicamente estável para atrair investimentos e utilizar a capacidade ociosa da indústria nacional.

"A implementação dessas propostas é fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável da indústria de petróleo e gás no Brasil, além de incentivar a indústria de construção naval e offshore brasileira que tem caráter estratégico para geração de emprego, renda e tecnologia para o País", afirmou Sergio Leal, secretário-executivo do Sinaval.

Entre as ideias, foram citadas as seguintes:

– Conteúdo Local Mínimo (CLM) estável e que dê segurança aos investimentos, de modo a criar políticas de estímulo para aumentar a participação da indústria local em todas as fases da cadeia de valor, desde a exploração até a produção de petróleo e gás;

– Garantia da previsibilidade da demanda com a realização de novos leilões e definição de índices de CLM, principalmente na Margem Equatorial;

– Nas Unidades Estacionárias de Produção (UEPs), a proposta das três entidades é que se fixe o CLM para três grandes grupos: Engenharia; Equipamentos e Materiais; e Construção, Montagem, Integração e Comissionamento;

– Criação de um novo Fundo Garantidor para Construção Naval e Offshore;

– Estabelecimento de um novo modelo de contratação, com concorrências separadas para Casco, Topsides e Integração;

– Nos pagamentos aos vencedores das concorrências, previsão para manutenção do fluxo de caixa neutro;

– Integração e fortalecimento da cadeia de fornecedores;

– Priorização da execução, no Brasil, da Engenharia (básica e de detalhamento);

– Revisão e adequação das políticas públicas (instrumentos legais, apoio financeiro de longo prazo, apoio à exportação e incentivos fiscais federais, estaduais e municipais).

As propostas apresentadas pelas entidades vão ao encontro da licitação da Transpetro, divulgada nesta semana, para a contratação de quatro navios da classe "Handy", com capacidade de 15 mil a 18 mil toneladas de porte bruto, com o primeiro lançamento de embarcação previsto para 2026.

"O Sinaval reconhece o esforço do Governo para reativar o setor naval no Brasil. Após a posse da nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, a empresa tem se mostrado mais ativa e disposta a entender as dores dessa indústria. É importante que haja continuidade nos investimentos em exploração, como, por exemplo, a extração na Margem Equatorial, a fim de que se garanta maior previsibilidade de desenvolvimento para o setor", ressalta Leal.

Histórico

A redução dos índices de conteúdo local e a preferência por fornecedores internacionais resultaram em perdas significativas para a indústria naval brasileira. Estima-se que a economia nacional perde aproximadamente R$ 32 bilhões anualmente, com a perda de 60 mil empregos diretos e 180 mil indiretos.

Entre 2005 e 2012, foram realizados investimentos significativos em novos estaleiros, ampliações e modernizações, totalizando US$ 6,222 bilhões. Contudo, a capacidade instalada permanece subutilizada devido às barreiras financeiras e operacionais enfrentadas pelos fornecedores nacionais.

A instabilidade jurídica, a baixa previsibilidade e as constantes mudanças nas regras trouxeram prejuízos significativos para a indústria local de bens e serviços. A redução drástica dos percentuais de conteúdo local pelo CNPE e a edição da Resolução 726/2018 pela ANP alteraram profundamente o cenário competitivo, prejudicando ainda mais os fornecedores nacionais.

Polo Saara tem nova diretoria

A nova diretoria do Polo Saara e seu novo presidente, o empresário André Haddad, eleitos para o biênio 2024-2026, tomaram posse nesta quinta-feira, 11 de julho, em uma solenidade realizada na sede do Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro (Sindilojas-Rio).

O presidente do Sindilojas-Rio e do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDL-Rio), Aldo Gonçalves, abriu o evento recordando um pouco da história da Saara e seus laços com o Sindicato dos Lojistas. Aldo explicou que, apesar de remontar ao fim do século XIX a origem do comércio naquela região do Centro do Rio, só em 1962 os comerciantes ali estabelecidos decidiram se unir para defender suas demandas perante o poder público e para melhor enfrentar os desafios diários do comércio.

"Foi assim que, em 1962, foi criada a Saara, a Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega, sob a presidência do empresário Ênio Bittencourt, vice-presidente e diretor por muitos anos do Sindilojas-Rio. Por isso, entre os momentos marcantes da história do próprio Sindilojas-Rio está a fundação da Saara, hoje, Polo Saara", lembrou.

Ao elogiar a atuação e o empenho dos diretores do Polo Saara na luta por melhorias para o comércio da região, destacou a força dos comerciantes da Saara.

"O sucesso do Polo Saara é resultado do trabalho árduo e da dedicação de cada lojista. A tradição e a excelência fazem da Saara um lugar especial", declarou o presidente do Sindilojas-Rio e do CDL-Rio, ressaltando o trabalho do Polo na luta pelo resgate econômico do Centro do Rio.

Além do presidente do Sindilojas-Rio e do CDL-Rio, formaram a mesa de honra o novo presidente do Polo Saara, André Haddad; o presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Josier Villar; o superintendente da Secretaria de Governo do Rio de Janeiro (Segov), Luiz Cláudio Vasques, representando o governo do estado; o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel da PM Hilmar Faulhaber Neto; o coordenador da Operação Centro Presente, major Diogo Ribeiro; e o ex-subprefeito da Zona Sul, Flávio Valle, representando o prefeito do Rio, Eduardo Paes.

Eles destacaram a importância das parcerias, da cooperação e da integração para a construção conjunta de ações, com ênfase nas questões relacionadas à Segurança Pública e Ordem Urbana, que promovam melhorias na região e fortaleçam o comércio, condições fundamentais para a recuperação do Centro do Rio.

André Haddad declarou ainda que a responsabilidade da diretoria do Polo soma-se à que eles têm, também como lojistas, de lutar pelo desenvolvimento e pelo crescimento da Saara. De olho nas principais datas comerciais do segundo semestre, como o Dia dos Pais, o Dia das Crianças, a Black Friday e o Natal, a nova diretoria do Polo Saara está trabalhando para ampliar e fortalecer o diálogo e a parceria com o poder público, para enfrentar os problemas que afetam o comércio.

Denominada como Polo Saara desde de 2013, a grande área comercial, conhecida por sua diversidade étnica e cultural, abrange cerca de 1.200 lojas, dos mais variados segmentos, que se espalham por 12 ruas do Centro do Rio, atraindo, diariamente, milhares de cariocas, além de visitantes de todo o Brasil e do mundo.

Em 1962, na iminência de uma grande reforma urbanística, os comerciantes se uniram e decidiram criar a Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega para defender os seus interesses. Na ocasião, o governo Carlos Lacerda pretendia construir uma via para ligar a Central do Brasil à Lapa que atravessaria a região que compõe o Saara, implicando a desapropriação e demolição de grande parte dos prédios. As obras foram iniciadas, mas, o movimento contrário dos lojistas ganhou força e conseguiu sensibilizar o governador. Impressionado com a demonstração de força e união dos lojistas, Lacerda desistiu da ideia.

O economista do Sindilojas-Rio e do CDL-Rio, Antonio Everton Jr., encerrou a solenidade, com uma breve apresentação sobre a atual conjuntura econômica do Rio de Janeiro.

Quod: ciclo de crédito, complementaridade e Inteligência Artificial

Por Jorge Priori

Conversamos sobre a Quod com Danilo Coelho, diretor de dados e analytics da datatech especializada em ciclo de crédito.

O que faz a Quod?

A Quod é uma datatech, ou seja, uma empresa que usa muita tecnologia e dados para criar soluções para que os seus clientes tomem as melhores decisões. Nós usamos a tecnologia para mastigarmos esses dados de forma a que eles fiquem digeríveis e sejam transformados em produtos que possam ser usados. Isso porque nós vivemos num mundo com cada vez mais dados, o que faz com que algumas pessoas tenham muitos dados e não consigam extrair valor ou não tenham acesso ou conhecimento dos dados que existem.

Nós fazemos isso para ciclo de crédito, ou seja, crédito, cobrança e antifraude, mas entendemos, como visão de futuro, que podemos aplicar esse knowhow em vários outros segmentos, além do financeiro.

Como funcionam as suas soluções?

Além de sermos uma datatech, nós temos a essência de bureau. Nós combinamos informações de crédito e dados que não são, necessariamente, de crédito, como comportamento digital, geolocalização e dados públicos, para criarmos soluções customizadas.

Como uma solução de crédito pode se diferenciar num mercado com tantas soluções de crédito?

Aqui nós temos uma questão de abordagem. Como os players desse mercado têm dados e tecnologia, nós nos diferenciamos com a customização de soluções.

No Brasil, existem apenas cinco bureaus de crédito, Serasa Experian, Boa Vista, que agora é Equifax, TransUnion, SPC e Quod, sendo que apenas esses players têm acesso ao Cadastro Positivo. Com exceção da Quod, todas essas empresas são gigantescas, mas como a Quod é menor e mais jovem, isso nos traz agilidade, pois como nós temos uma estrutura menos pesada, nós conseguimos customizar soluções para um mercado que é menor, só que mais escalável.

Por exemplo, como a Serasa funciona como se fosse um banco incumbente, ela não tem muito interesse e flexibilidade em customizar suas soluções para players menores e mais ágeis, como uma fintech ou uma financeira regional de varejo. Isso porque como os players incumbentes possuem mais soluções pré-prontas, eles dizem "olha, eu tenho o meu score, que é esse daqui, se não quer, não quer, e se quiser o preço é esse". Quando a empresa vê que a solução não se encaixa muito e pergunta sobre como ela pode ser adaptada, a resposta é que não há como adaptá-la, já que a dinâmica é mais incumbente.

A Quod não. Como ela é mais flexível, nós temos como flexibilizar tanto a solução quanto os modelos de negócio. Por exemplo, nós temos uma postura muito voltada para success fee, que é uma forma de desafiar o mercado, enquanto a política dos nossos concorrentes é o pagamento por consulta, ou seja, quanto mais se consulta, mais se paga. O success fee significa que as nossas soluções podem ser usadas de forma complementar às soluções da concorrência e que somente seremos pagos se tivermos sucesso. Esse é um modelo de negócio comparável ao que vemos no mundo financeiro entre fintechs versus bancos incumbentes.

O que faz um cliente escolher uma solução de crédito de uma empresa e não de outra?

Como acreditamos em complementaridade, nós não somos concorrentes diretos do Serasa, por exemplo. A maioria dos clientes que contratam a Quod já tem o Serasa, ou seja, eles não descontrataram a Serasa porque contrataram a Quod. O grande lance é como as informações, de diferentes fontes, são combinadas de forma a melhorar a decisão. Na Quod, nós conseguimos agregar valor aos clientes além do que eles já têm de Serasa e de dados internos.

Se um cliente toma uma decisão com a Quod, Serasa, B3 e SPC, a sua decisão será, incrementalmente, melhor. Como o cliente não precisa tirar a Serasa para colocar a Quod, nós ainda conseguimos penetrar muito nesse mercado.

Você pode nos dar um exemplo prático disso?

Existe um negócio famoso no mercado que é a negativação, onde a Serasa montou o seu nome. De certa forma, o mercado está viciado em dizer que "se um cliente está negativado, eu não vou dar crédito para ele", só que no geral, as empresas têm um tempo para negativar um cliente.

Por exemplo, em um crédito imobiliário, um banco demora 90 dias para negativar um cliente inadimplente. Isso faz com que a negativação seja um dado importante, mas cada vez mais defasado. O ponto é que um cliente que já está atrasado, mas que ainda não foi negativado, pode conseguir crédito em outro lugar, pois seu nome ainda não está "sujo".

Na Quod, nós temos como enxergar isso antes da negativação. Vou dar um exemplo ilustrativo. Imagine um cliente que está comprometendo 30% da sua renda com oito cartões de crédito, de oito fintechs diferentes, sendo que ele costuma atrasar o pagamento em 15 dias em cada fintech. Nós conseguimos indicar que esse cliente, por mais que ele não esteja negativado, está dando sinais de que está "perigando". Assim, se a empresa for dar crédito, ela pode dar menos limite. Esse é um tipo de complementaridade que conseguimos agregar dentro de um dado da Serasa. Existem outros exemplos, mas esse é o mais emblemático.

Como a Quod está utilizando a Inteligência Artificial (IA) nas suas soluções?

Usar modelagem, seja IA, machine learning ou o nome que você queira dar, para fazer score de crédito é uma técnica conhecida e usada pelo mercado há muito tempo. O que está diferente agora, e nós estamos fazendo isso bem, é conseguir detectar mudanças de comportamento da população de forma mais tempestiva. Para exemplificar, eu vou usar três casos emblemáticos, sendo o primeiro a pandemia, que foi uma época onde o comportamento de crédito das pessoas mudou muito.

Na pandemia, o mercado esperava que a inadimplência fosse estourar, mas como o Governo Federal deu muitos subsídios, o que aconteceu foi o contrário. A inadimplência foi para baixo porque as pessoas usaram os subsídios recebidos para pagar suas dívidas, mas por mais que as dívidas tenham sido pagas, o risco de crédito ainda estava lá. Como muitas pessoas tiveram o seu nome limpo, isso causou uma cegueira na população e nos scores de crédito. Isso porque os scores de crédito que não estão ajustados e que veem as pessoas pagando, começam a melhorar as suas pontuações, só que quando a pandemia passou, as pessoas voltaram a ter problemas e a sua capacidade de pagamento comprometida.

O segundo exemplo é o Desenrola, onde a pessoa aderia ao programa e tinha o seu nome limpo, o que mexia no seu perfil de crédito. Por fim, vou dar o exemplo mais recente do desastre que aconteceu no Rio Grande do Sul, que foi uma ocorrência de natureza exógena. Esse exemplo é emblemático, mas, às vezes, acontece uma geada, em alguma região do país, que destroi plantações, e os scores de crédito tradicionais não costumam capturar esse nível de tempestividade do dado.

Com a IA, nós conseguimos ver o que está acontecendo em um pedaço da população, que apesar de estar com um bom score, tem um sinal de alerta. E o contrário também, como uma pessoa que tem um score médio, mas que possui sinalizações de curto prazo de que pode pagar mais. Isso acontece muito com pessoas jurídicas.

Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto a essa entrevista?

Eu gostaria de salientar a questão das fraudes. Do ponto de vista técnico e de core, esse mundo é parecido com o que conversamos, mas ele é mais nervoso, já que o perfil do fraudador muda a todo instante e de forma drástica.

Diante desse problema, o regulador está fazendo, cada vez mais, força para aumentar o uso de dados no mercado. Nós temos o caso da Resolução Conjunta nº 6 de 25/5/2023, que obrigou a todas as instituições financeiras a compartilharem dados de fraude, sendo que a Quod foi escolhida por 90% do mercado para receber esses dados. Isso faz com que tenhamos uma visão de perfil de fraudador muito relevante.

A questão da tempestividade, que eu pus aqui com inteligência artificial, é fundamental para fraude, pois hoje nós podemos ter uma quadrilha agindo de tal jeito numa região do país, mas quando a porteira começa a ser fechada, ela começa a atacar em outra região com outra estratégia. Isso faz com que a Quod tenha ferramentas diferenciadas para que possa aprender esses comportamentos e ajudar o mercado a agir de forma mais rápida.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/quod-ciclo-de-credito-complementaridade-e-inteligencia-artificial

ANS investe em projetos e agenda de cooperação internacional

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) está intensificando suas parcerias internacionais, com o intuito de criar intercâmbio de informações técnicas para oferecer melhorias regulatórias e de fiscalização, diversidade de mecanismos de transparência e maior defesa aos consumidores de planos de saúde no Brasil.

Para isso, a reguladora tem buscado projetos de cooperação, como os que estão sendo firmados com os governos da Colômbia e do Peru. Além disso, a partir de suas experiências, a Agência também pode colaborar com as estruturas de saúde dos outros países, firmando seu benchmarking internacional.

Durante a 606ª Reunião da Diretoria Colegiada (Dicol), os diretores aprovaram projeto a ser desenvolvido no âmbito do acordo de cooperação técnica entre a Agência e o Ministério da Saúde e Proteção Social (MSPS) da Colômbia, para a colaboração científica e técnica entre os países. A proposta é que a ANS estabeleça uma parceria, assim como outras unidades do governo federal. A legalidade do Ajuste, que é complementar a um amplo acordo que já está em vigor, já foi analisada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que considerou que o projeto entre ANS e MSPS possui pertinência temática e se está adequado às prioridades nacionais.

"Queremos abrir as portas da ANS para novas ideias que possam agregar conhecimento e estimular as boas práticas, contribuindo assim com a regulação do segmento de planos de saúde no país, aprimorando a qualidade dos serviços para sociedade e garantindo os direitos dos consumidores", destaca o diretor-presidente da ANS, Paulo Rebello.

Vale destacar que não é de hoje a relação entre a ANS e o governo colombiano. Desde 2019 são realizadas tratativas entre as duas nações, com a finalidade de identificar boas práticas de ambos os lados para melhorar a qualidade da saúde, por meio de uma gestão financeira adequada, que abranja custos e despesas eficientes. Em um primeiro momento, um projeto em parceria com a Superintendência Nacional de Salud – Supersalud foi executado de 2021 a 2023 e teve como objeto o fortalecimento das capacidades técnicas da Supersalud na elaboração de indicadores estratégicos e de gestão e fortalecimento da ANS na abordagem da temática gastos em saúde. Encerrado o projeto com a Supersalud, agora a ANS empenha-se na parceria com o MSPS, sob novos temas.

As experiências e desafios em saúde dos dois países apresentam similaridades. O MSPS foi identificado pela ANS por sua experiência em Modelos de Remuneração Baseados em Valor, bem como por vir dedicando esforços à Atenção Primária à Saúde (APS). A partir da compreensão sobre novos modelos de pagamento de prestadores de serviços de saúde, baseado em resultados clínicos e não clínicos, a ANS tem ampliado os debates acerca da temática, com objetivo de orientar o setor, apresentando formas de remunerar os prestadores de serviço em substituição ao Fee For Service exclusivo.

Em estudo publicado pela revista The Economist, sobre modelos de remuneração, observou-se que a Colômbia foi o único país latino-americano estudado considerado como tendo um alinhamento moderado com os componentes de Value Based Healthcare (VBHC). Nesse sentido, a cooperação com o Ministério da Saúde e Proteção Social da Colômbia pode contribuir para o fortalecimento das iniciativas empreendidas pela ANS no setor suplementar de saúde sobre Modelos de Remuneração Baseados em Valor.

"A estruturação, a consolidação e a disseminação de experiências de modelos de remuneração, que efetivamente se caracterizam como baseadas em valor, continuam representando um grande desafio para o setor suplementar de saúde brasileiro, o que reforça a importância de firmar nossa relação com a Colômbia, já que eles vêm no Brasil esse modelo sendo construído e podem trazer um olhar diferenciado", salienta Rebello.

A Atenção Primária à Saúde (APS) é outro foco da Agência na busca de intercâmbios internacionais. Isso porque desde 2017 a ANS tem estimulado as operadoras a estabelecerem um modelo de atenção baseado na APS para induzir melhorias no setor. Ainda que esse modelo, considerado o mais exitoso pela literatura na área, venha se expandindo na saúde suplementar brasileira, essa evolução continua encontrando barreiras. Nesse contexto, dado que a realidade na organização assistencial na saúde suplementar brasileira ainda se encontra em processo de aprimoramento, é fundamental que a ANS busque conhecer as experiências internacionais por meio de parcerias. Assim, o desenvolvimento de projetos de cooperação técnica entre o Brasil e a Colômbia pode propiciar novos insumos para o avanço dos estudos e das ações regulatórias relacionadas à APS no setor suplementar brasileiro.

Já no Peru, o acordo de cooperação está sendo tratado junto à Superintendencia Nacional de Salud (Susalud). O objetivo é melhorar a gestão da saúde suplementar no Brasil e fortalecer a gestão da Susalud no sistema nacional de saúde peruano. A ANS foi reconhecida por sua experiência na região - incluindo América do Sul, América Central e Caribe - em matéria de regulação da saúde suplementar. Já a Susalud busca experiências para fortalecimento de suas capacidades técnicas com vistas ao seu estabelecimento como órgão regulador no Peru. Dessa forma, está sendo desenvolvido um projeto para possibilitar a troca de conhecimentos e de boas práticas entre ambos os países.

Regras para explorar lotérica de aposta de quota fixa

Interessados devem combater a lavagem de dinheiro

A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF) publicou, nesta sexta-feira, a Portaria SPA/MF nº 1.143 com as regras que as empresas interessadas em obter autorização para a exploração da modalidade lotérica de aposta de quota fixa devem seguir em suas políticas de combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e das armas de destruição em massa.

A portaria tem, como referência, diretrizes internacionais relacionadas aos temas de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, especialmente aquelas do Grupo de Atuação Financeira (GAFI) e, ainda, os dispositivos da Lei nº 9.613/1998.

Um dos pontos fundamentais da portaria é a obrigatoriedade de que os agentes operadores de apostas adotem políticas de identificação e classificação de risco dos clientes que desejarem se cadastrar. A determinação também se aplica a todos os grupos envolvidos no funcionamento dos agentes operadores de apostas de quota fixa, como os funcionários, colaboradores, fornecedores e prestadores de serviço terceirizados. A Portaria também estabelece critérios que determinam que os agentes operadores de apostas comuniquem operações suspeitas ao Coaf.

Para os apostadores ou usuários da plataforma, os pontos de destaque são aqueles voltados à avaliação da compatibilidade entre a capacidade econômico-financeira do apostador e as operações a ele associadas, bem como a verificação de condição de Pessoa Exposta Politicamente (PEP), familiar até o segundo grau ou estreito colaborador, nos termos da norma editada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão do governo federal responsável pelo combate à lavagem de dinheiro. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) garante a proteção dos dados pessoais de consumidores e colaboradores, que só podem ser utilizados para os fins regulatórios e de prevenção à lavagem de dinheiro, vedada a sua divulgação.

O normativo também traz inovações para o setor de apostas, como a implementação de políticas de ASG (Ambiental, Social e Governança) e de compliance (cumprimento de normas legais), fazendo uma conexão efetiva com a Lei 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção.

A Portaria da SPA segue os mesmos parâmetros de outras normas emanadas de órgãos reguladores, como a Resolução Coaf nº 41, de 8 de agosto de 2022, e Carta Circular n° 4.001 de 29/1/2020 do Banco Central, com as devidas adaptações às operações específicas do mercado.

A Portaria fixa prazo até o fim de 2024 para que os agentes operadores de apostas se adequem às normas. A Portaria é a quinta de uma série de 11 normativos que estão programados na agenda regulatória, fixada pela Portaria SPA/MF nº 561, de 8 de abril de 2024.

China: empréstimos em yuan totalizam US$ 1,86 tri no semestre

Os empréstimos denominados em yuan (moeda chinesa) na China aumentaram 13,27 trilhões de yuans (US$ 1,86 trilhão) no primeiro semestre do ano, mostraram dados do banco central nesta sexta-feira (12).

O M2, uma medida ampla de oferta monetária que cobre o dinheiro em circulação e todos os depósitos, subiu 6,2% ano a ano, para 305,02 trilhões de yuans no final de junho, de acordo com o Banco Popular da China.

O M1, que abrange o dinheiro em circulação mais os depósitos à vista, ficou em 66,06 trilhões de yuans no final de junho, uma queda anual de 5%. A escala de financiamento social atingiu 18,1 trilhões de yuans nos primeiros seis meses de 2024, uma queda de 3,45 trilhões de yuans em relação ao mesmo período do ano passado.

Segundo a Agência Xinhua, os empréstimos pendentes em yuan totalizaram 250,85 trilhões de yuans no final de junho, marcando um aumento anual de 8,8%. As reservas cambiais da China totalizaram US$ 3,22 trilhões no final de junho, segundo o banco central.

MPF quer extradição de ex-CEO das Americanas

O Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro pediu à Justiça Federal que seja decretada a extradição do ex-CEO do Grupo Americanas Miguel Gutierrez, que vive em Madri. O executivo foi alvo da Operação Disclosure, da Polícia Federal, que investiga a fraude bilionária na companhia varejista.

A petição do MPF é direcionada à 10ª Vara Federal Criminal, no Rio de Janeiro, e assinada na noite da última quarta-feira pelos procuradores da República José Maria de Castro Panoeiro e Paulo Sergio Ferreira Filho.

No documento, os procuradores requerem a decretação da extradição, "diante da preservação dos fundamentos da decretação da prisão preventiva de Miguel Gomes Pereira Sarmiento Gutierrez".

Independentemente de qual seja a decisão tomada pela Justiça Federal, uma decisão final caberia à Espanha, pois é uma questão de soberania entre os dois países.

Uma vez que o juiz federal decrete a extradição, o trâmite – pelo lado brasileiro – passa a ser conduzido pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O MPF argumenta que o requerimento de extradição "se faz necessário na medida que, caso negada a extradição, abre-se a possibilidade de processamento do requerido no Reino da Espanha".

A petição contextualiza que o Estado nacional requerido (Espanha) não será obrigado a entregar o cidadão. "Neste caso, não sendo concedida a extradição, o indivíduo será processado e julgado no Estado requerido, a pedido do Estado requerente [Brasil]", cabendo à Justiça brasileira "fornecer os elementos de convicção para o processo e julgamento do acusado, obrigando-se outro Estado a comunicar-lhe a sentença ou resolução definitiva sobre a causa".

Miguel Gutierrez chegou a ser preso em Madri no último dia 28, tendo sido solto no dia seguinte, após prestar depoimento às autoridades espanholas.

Segundo o próprio Grupo Americanas, fraudes sob a antiga gestão da companhia orbitam na casa de R$ 25 bilhões.

Por ocasião da prisão, a defesa de Gutierrez afirmou que o ex-CEO jamais participou ou teve conhecimento de qualquer fraude. "Vem colaborando com as autoridades, prestando os esclarecimentos devidos nos foros próprios, manifestando uma vez mais sua absoluta confiança nas autoridades brasileiras e internacionais", diz a nota dos advogados.

Segundo a Agência Brasil, a defesa argumenta ainda que ele está na residência dele em Madri, no mesmo endereço comunicado às autoridades espanholas e brasileiras, desde 2023, "onde sempre esteve à disposição dos diversos órgãos interessados nas investigações em curso".

Outro alvo da Operação Disclosure foi a ex-diretora da Americanas Anna Cristina Ramos Saicali, que teve que entregar o passaporte no Brasil no último dia 1º, vinda de Portugal. A atual diretoria das Americanas tem dito que "foi vítima de uma fraude de resultados pela sua antiga diretoria, que manipulou dolosamente os controles internos existentes".

Transparência pública e a proteção de dados sensíveis

Uma ferramenta pode reduzir 15% das negativas de acesso à informação de instituições, aumentando a transparência pública e a proteção de dados sensíveis. A Petrobras está disponibilizando para mais de mil órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, por meio da Controladoria-Geral da União (CGU), um sistema desenvolvido pela companhia que facilita o tarjamento de dados pessoais em documentos oficiais.

A expectativa é que a ferramenta permita a redução de 15% das negativas de acesso à informação destas instituições, aumentando a transparência pública e a proteção de dados sensíveis. A disponibilização é fruto de um Acordo de Cooperação celebrado recentemente entre Controladoria-Geral da União (CGU). Segundo a Petrobras, o software será utilizado para o atendimento de demandas enviadas através da Plataforma Fala.BR, canal eletrônico de ouvidoria de órgãos e entidades do poder público.

Todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal e demais entes federativos que fazem uso da Plataforma Fala.BR terão acesso à ferramenta, que permite separar de forma mais eficientes informações públicas e dados sensíveis, agilizando o atendimento a pedidos de acesso à informação sem prejudicar a proteção aos dados pessoais. Ao todo, serão atendidos dos 323 órgãos e entidades do Poder Executivo federal, além de mais de 700 órgãos em 9 estados e 359 municípios que utilizam o Fala.BR.

"Nossa ferramenta visa resolver um gargalo significativo na transparência pública, reduzindo o tempo necessário para tarjar dados pessoais em documentos e fazendo com que menos pedidos feitos através da Lei de Acesso à Informação fiquem sem resposta. Ao facilitar o compartilhamento de documentos públicos, essa solução promove a transparência e amplia o controle social.", explica o ouvidor-geral da Petrobras, Luiz Cristiano de Andrade.

Aplicação

O sistema denominado "TOTH" atua em documentos em PDFs e foi desenvolvido pela Petrobras com o objetivo de otimizar o atendimento a pedidos de informação à empresa relacionados a contratos, aditivos e convênios, respeitando as orientações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O algoritmo identifica e oculta de forma automática informações sensíveis como endereço, telefone, CPF e dados bancários em documentos PDF, facilitando a geração de documentos com os dados protegidos.

EDITAL DE SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO PRESENCIAL E INTIMAÇÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA.

NORMA MARIA MACHADO, Leiloeira Pública Oficial, mat. 036 Jucerja, estabelecida na Avenida Erasmo Braga, nº 227, Gr. 704, Centro, Rio de Janeiro/RJ., tel. (21) 2533-7978, www.machadoleiloes.com.br, faz saber que, devidamente autorizada pelo fiduciário/credor ALEXANDRE BASTOS ARAUJO, CPF nº 024.163.057-60, venderá, em segundo público leilão presencial, no dia 23 / 07 / 2024, com início às 14:30 horas, na Av. Erasmo Braga, nº 227, grupo 704, Centro/Rio de Janeiro-RJ, o imóvel identificado como apartamento 1105 do edifício situado nesta cidade, na Rua Prudente de Moraes, nº 1415, Ipanema/Rio de Janeiro-RJ, com a fração de 178/10.000 e com direito a uma vaga de garagem, com a fração de 5/10.000, inscrição imobiliária nº 1951418-1 e CL 07992-1, tendo o terreno as medidas, características e confrontações constantes da matrícula nº 88620 do 5º Ofício do Registro de Imóveis, conforme previsto na Lei nº 9.514/1997, com a nova redação dada pela Lei nº 10.931/2004 e 13.465/2017, combinada com as cláusulas da Escritura Pública de Confissão de Dívida e Alienação Fiduciária, lavrada em 21/08/2017, às fls. 107 do Livro 7482, ato 041, no 10º Ofício de Notas desta cidade, registrada sob o nº R-17 da matrícula nº 88620 do 5º Ofício do Registro de Imóveis, venda essa que se faz para pagamento àquele fiduciário/credor da dívida mais acessórios legais e contratuais, que não foram pagos pela fiduciante/devedora IASO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., CNPJ nº 32.188.591/0001-69, nem por seus fiadores solidários e principais pagadores, sócios da fiduciante/devedora, ANTONIO MACHADO BASTOS, CPF nº 008.615.707-82, e CAROLINA LOBO MACHADO, CPF nº 014.501.017-12, nos termos da supra referida escritura, tendo eles sido previamente constituídos em mora, não a emendaram e, em consequência, consolidada a plena propriedade em nome do fiduciário/credor. O imóvel será ofertado a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor de R$ 5.177.242,48 (cinco milhões, cento e setenta e sete mil, duzentos e quarenta e dois reais e quarenta e oito centavos), mais débito informado pelo condomínio até a data do primeiro leilão dia 10/07/2024, no valor de R$468.094,27., referente aos vencimentos 05/05/2019 a 05/06/2024. Existe ação de cobrança (processo nº 0262261-48.2019.8.19.0001) em curso no Juízo da 30ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, débitos de IPTU exercícios de 2019, 2020 e 2021, 2022, 2023 e 06/10 cotas de 2024 no valor aproximado de R$ 63.537,98, e débitos Funesbom exercícios de 2019 a 2023, no valor aproximado de R$ 761,28 , valor aquele fixado nos termos da escritura acima referida, para a venda do imóvel a quem mais der, desde que igual ou superior ao valor fixado com base no valor da dívida mais os acréscimos especificados nos §§ 2º e 3º do artigo 27 da Lei nº 9.514/1997, que já contempla o débito de condomínio, IPTU, Funesbom acima informados e as despesas dos leilões. Ficam cientes os interessados de que a arrematação far-se-á mediante o pagamento imediato pelo arrematante do lanço vencedor acrescido de 5% de comissão à leiloeira incidentes sobre o valor da arrematação. Caso o imóvel objeto do leilão esteja ocupado, o arrematante será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo, na forma do artigo 30 da Lei nº 9.514/1997. A devedora fiduciante e seus fiadores acima identificados, ficam desde já cientificados do dia, hora e local da realização do leilão. A leiloeira acha-se habilitada a fornecer aos interessados informações pormenorizadas sobre o imóvel objeto do leilão, bem como apresentar as certidões inerentes ao imóvel e ao fiduciário/credor, e proceder os atos necessários à formalização da arrematação. Rio de Janeiro, 10 de julho de 2024. Norma Maria Machado, leiloeira pública, Mat- 036.